

Jader pede CPI para investigar os bancos

Líder do PMDB propõe apuração de oito denúncias, a maioria relacionada com a desvalorização cambial



"É inadiável e oportuna a avaliação do Proer e seus resultados", disse Jader Barbalho ao justificar um dos itens do requerimento de criação da Comissão Parlamentar de Inquérito no Senado

Em discurso de duas horas, o líder do PMDB, senador Jader Barbalho, defendeu ontem em plenário requerimento de criação de uma comissão parlamentar de inquérito para apurar denúncias de irregularidades no sistema financeiro.

Baseado em oito fatos – cinco deles ligados à desvalorização cambial ocorrida em janeiro –, Jader considerou "quase insensato" que os bancos tenham obtido lucros recordes justamente no mês em que o Brasil sofria forte ataque especulativo contra sua moeda.

Uma das denúncias que justificam o requerimento de constituição da CPI no Senado relaciona-se com a venda de dólares pelo Banco Central abaixo da cotação, para ajudar bancos que seriam liquidados dias mais tarde. "Por que privilegiar dois bancos na cotação de venda de dólar? Por que não ajudar também as empresas brasileiras que estavam endividadas em dólar? E o cidadão endividado em dólar?", indagou o líder do PMDB, considerando essa operação "um verdadeiro absurdo".

Treze senadores apartearam o discurso de Jader Barbalho, todos considerando graves as denúncias e manifestando apoio à iniciativa de investigá-las.

PÁGINAS 3, 4 E 5

Agenda

Plenário vota hoje fim do *kit* de primeiros socorros

Será votado hoje, pelo plenário do Senado, projeto de lei da Câmara dos Deputados que acaba com a exigência do *kit* de primeiros socorros nos automóveis. A matéria, que modifica o Código de Trânsito Brasileiro, recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, tendo como relator o senador Romeu Tuma.

Também está previsto para hoje o quarto dia de discussão da proposta de emenda constitucional que revoga a limitação dos juros reais em 12% ao ano.

PÁGINA 2

CE examina convocação de dois ministros

PÁGINA 2



Bornhausen sugere separar a reforma partidária da eleitoral

Bornhausen quer pressa na discussão da reforma partidária

O senador Jorge Bornhausen defendeu ontem a necessidade de o Congresso avançar na discussão da reforma partidária. Falando como líder do PFL, ele sugeriu que, para apressar a tramitação, a matéria seja separada da

reforma eleitoral, ficando para mais tarde questões como o voto distrital e o financiamento das campanhas. "Nessa primeira fase, temos que buscar a fidelidade partidária e o fortalecimento dos partidos", afirmou.

PÁGINA 6

Plenário vota hoje projeto que acaba com *kit* em veículos

Em seu parecer, o senador Romeu Tuma diz que “não se deve tornar de porte obrigatório um item cuja utilização levanta tantas incertezas”

O plenário do Senado vota hoje em regime de urgência projeto de lei da Câmara dos Deputados que acaba com a exigência do *kit* de primeiros socorros nos automóveis. A matéria recebeu parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), tendo como relator o senador Romeu Tuma (PFL-SP). Para ele, é necessário aprovar a modificação no Código de Trânsito



Romeu Tuma é a favor da modificação no Código de Trânsito

Brasil porque “não se deve tornar de porte obrigatório um item cuja utilização levanta tantas incertezas”. Caso a matéria seja aprovada, será remetida à sanção do presidente da República.

Na mesma sessão, os parlamentares discutem pelo quarto dia proposta que elimina da Constituição a limitação dos juros reais em 12% ao ano. A emenda é de autoria do senador licenciado José

Serra (PSDB-SP) e recebeu substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM). Além de modificar o item relativo aos juros, a proposta original determina que a regulamentação do sistema financeiro será feita através de lei ordinária e não mais de lei complementar, que tem exigência de *quorum* mais elevado.

Jefferson Péres discorda dessa modificação e propõe a manutenção da exigência de lei complementar. O senador também quer manter no texto constitucional artigo que disciplina a instalação de bancos estrangeiros no Brasil. José Serra sugere a retirada do artigo. A matéria terá seu último dia de discussão na sessão de amanhã e, como já recebeu emendas em plenário, deverá voltar a ser examinada pela CCJ.

Ainda na sessão de amanhã, os sena-

dores discutem projeto de lei oriundo da Câmara que regulamenta todas as atividades relacionadas com a coleta, processamento e estocagem do sangue e derivados. Pela proposta original, fica proibido qualquer tipo de comercialização do sangue, seus componentes e, ainda, dos hemoderivados, que são produtos obtidos a partir do processamento do sangue total ou do plasma.

Na pauta da semana, constam também quatro acordos internacionais celebrados pelo Brasil. Serão votados hoje os que versam sobre contrabando de armas, firmado com o Paraguai, e o que trata da criação de comissão destinada a elaborar políticas de desenvolvimento fronteiriço, celebrado com a Argentina. Amanhã, os parlamentares apreciam acordo firmado com a Tailândia, visando à isenção parcial de visto de entrada nos dois países, e, ainda, convenção sobre prevenção e punição de crimes praticados contra pessoas que gozem de proteção internacional, concluída em Nova York.

CE examina pedidos de convocação de ministros

A Comissão de Educação (CE), presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), reúne-se hoje à tarde, logo após a Ordem do Dia, para examinar requerimentos de convocação do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, e do ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga. Os dois ministros deverão prestar informações sobre a política governamental para a radiodifusão educativa. Paulo Renato também falará sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental. Os requerimentos foram apresentados respectivamente pelas senadoras Emília Fernandes (PDT-RS) e Luzia Toledo (PSDB-ES).

A reunião também analisará requerimento do senador Pedro Simon (PMDB-RS) propondo a criação de uma subcomissão de Rádio e TV. A subcomissão tem como objetivo propiciar o debate sobre o papel dos

meios de comunicação, receber reclamações e avaliar sugestões da sociedade quanto à programação.

Na pauta, ainda, proposta do senador Luiz Otávio (PPB-PA) requerendo o depoimento de Iara Glória Areias Prado, secretária de Educação Fundamental, e de Emílio Marques, diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas, sobre a distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste.

Serão examinados também atos que renovam a concessão da Rádio e Televisão Vanguarda Ltda., em Cornélio Procopio (PR); da Difusora Ouro Verde, em Curitiba (PR); da Colatina Rádio Som Ltda., em Colatina (ES); da Lins Rádio Clube Ltda., em Lins (SP); e da Rádio Cultura Araraquara Ltda., em Araraquara (SP).

A reunião da Comissão de Educação se dará na sala 15 da Ala Senador Alexandre Costa.

CCJ discute extinção de juizes classistas

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), presidida pelo senador José Agripino Maia (PFL-RN), aprecia amanhã, às 9h30, parecer do relator, senador Jefferson Péres (PDT-AM), sobre as emendas oferecidas em plenário à proposta de emenda à Constituição que altera e revoga dispositivos pertinentes à Justiça do Trabalho, extinguindo o cargo de juiz classista. O substitutivo também trata da proporcionalidade da composição do Tribunal Superior do Trabalho e do cumprimento dos mandatos dos atuais ministros classistas temporários do TST e dos juizes classistas dos tribunais regionais e juntas de conciliação e julgamento.

A pauta da CCJ também inclui parecer do relator, senador Francellino Pereira (PFL-MG), favorável à aprovação do projeto de autoria do Poder Executivo que estabelece normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesa.

AGENDA

TERÇA-FEIRA, 30 DE MARÇO DE 1999

PLENÁRIO

14h30 - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: Quarto dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal (Sistema Financeiro Nacional); *PLC nº 13/99, que suprime o art. 112 do Código de Trânsito Brasileiro, para acabar com a exigência do *kit* de primeiros socorros nos veículos automotores; *PDL nº 143/98, que aprova o texto do Acordo por Troca de Notas, sobre contrabando de armas, celebrado entre Brasil e Paraguai, na cidade de Assunção; e *PDL nº 145/98, que aprova o texto do Acordo para Criação da Comissão e Desenvolvimento Fronteiriço, celebrado entre Brasil e Argentina.

COMISSÕES

Após a Ordem do Dia - Comissão de Educação
Pauta: *Requerimento da senadora Luzia Toledo, solicitando o comparecimento do ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para prestar informações sobre o Fundo de Valorização do Ensino Fundamental, o Fundef; *Requerimento do senador Pedro Simon, que propõe a criação da subcomissão de Rádio e Televisão; *Requerimento do senador Luiz Otávio, que solicita o depoimento da secretária de Educação Fundamental, Iara Glória Areias Prado; do diretor do Fundo de Fortalecimento das Escolas, Emílio Marques; e dirigentes subordinados ao Ministério da Educação para prestarem esclarecimentos acerca do levantamento do governo, no tocante à distribuição das escolas nas regiões Norte e Centro-Oeste; *Requerimento da senadora Emília Fernandes, que propõe a convocação do ministro das Comunicações, João Pimenta da Veiga, a fim de prestar informações a respeito da política governamental para a radiodifusão com fins exclusivamente educativos; e *Requerimento da senadora Emília Fernandes, que propõe a convocação do ministro da Educação, a fim de prestar informações a respeito da política governamental para radiodifusão com fins exclusivamente educativos.

Pauta extra: *PDL nº 14/95, que aprova o ato que renova a concessão outorgada à Rádio Televisão Vanguarda Ltda., de Cornélio Procopio (PR); *PDL nº 140/98, que aprova o ato que renova a concessão da Difusora Ouro Verde Ltda., de Curitiba (PR); *PDL nº 86/98, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Colatina Rádio Som Ltda., de Colatina (ES); *PDL nº 38/97, que aprova o ato que renova a permissão outorgada à Lins Rádio Clube Ltda., de Lins (SP); e *PDL 127/98, que aprova o ato que renova a concessão da Rádio Cultura Araraquara Ltda., de Araraquara (SP). *Ala Senador Alexandre Costa - sala 15*

PREVISÃO DA SEMANA

PLENÁRIO

Quarta-feira (31.3.99)
10h - Sessão deliberativa ordinária
Pauta: *PLC nº 1/99, que regulamenta o parágrafo 4º do art. 199 da Constituição federal, relativo à coleta, processamento, estocagem, distribuição e aplicação do sangue, seus componentes e derivados; quinto e último dia de discussão, em primeiro turno, da *PEC nº 21/97, que revoga o inciso V do art. 163 e o art. 192 da Constituição federal (Sistema Financeiro Nacional); *Requerimento nº 87/99, que solicita, nos termos regimentais, a tramitação conjunta do PLC nº 2/99 com o PLS nº 33/99, por versarem sobre a alteração do nome do Aeroporto Internacional de Brasília; *PDL nº 146/98, que aprova o texto do Acordo sobre Isenção Parcial de Visto, celebrado entre Brasil e Tailândia; e *PDL nº 147/98, que aprova o texto da Convenção sobre Prevenção e Punição de Crimes Contra Pessoas que Gozam de Proteção Internacional, inclusive agentes diplomáticos, concluída em Nova York, em 14 de dezembro de 1973.

COMISSÕES

Quarta-feira (31.3.99)
9h30 - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
Pauta: *PLC nº 8/99, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Sinmetro); *PLC nº 9/99, que dispõe sobre as normas gerais para perda de cargo público por excesso de despesas; *PLC nº 11/97, que dispõe sobre a destinação do produto da alienação de terras devolutas da União; *PLC nº 21/97, que dispõe sobre norma geral de organização que torna obrigatória a avaliação psicológica periódica dos integrantes das polícias e corpos de bombeiros militares e civis; *PEC nº 63/95, que altera e revoga dispositivos da Constituição federal pertinentes à Justiça do Trabalho; *PLC nº 6/99, que disciplina os limites das despesas com pessoal, na forma do art. 169 da Constituição; *PLS nº 89/98, que modifica a Lei Complementar nº 82/95; e *PDL nº 01/97, que susta os efeitos da aprovação do presidente da República à nota Conjuz/Minfra nº 0024/92, através da Exposição de Motivos nº 0019/92, do ministro de Estado da Infra-Estrutura, publicada em 24/3/92. *Ala Senador Alexandre Costa - sala 5*

ESPECIAL

Terça-feira (30.3.99)
9h - Abertura da série “Encontros Internacionais sobre o Futuro da Social Democracia”, promovido pelo Instituto Teotônio Vilela, com participação do senador Lúcio Alcântara e dos professores Hélio Jaguaribe, Seymour Martin Lipset e Torcuato Di Tella. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*
Segunda-feira (05.4.99)
14h30 - Abertura do seminário “Visão Geral do Senado Federal”, realizado pelo Instituto Legislativo Brasileiro, destinado aos servidores recém-ingressos na Casa. *Ala Senador Nilo Coelho - sala 2*
Terça-feira (06.4.99)
14h às 18h - Debate Suprapartidário sobre a Reforma Política, realizado pelo PPB e Fundação Milton Campos. *Auditório do Anexo IV da Câmara dos Deputados*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueias Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Jader apresenta denúncias e pede investigação dos bancos

O senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, apresentou ontem, em discurso de duas horas, denúncias de irregularidades bancárias relacionadas principalmente com a desvalorização do real, ocorrida em janeiro, e defendeu a criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigá-las e apurar responsabilidades. Ele apontou oito fatos para investigação, inclusive a sonegação de impostos por sete grandes bancos estrangeiros que operam no Brasil.

Citando notícias publicadas pela imprensa nos últimos dias, Jader Barbalho considerou – em discurso que recebeu apertes de 13 senadores – “um verdadeiro absurdo” que os bancos FonteCindam e Marka tenham comprado dólares do Banco Central, após a desvalorização, a um preço mais baixo, depois de terem apostado que não haveria desvalorização cambial. Os dois foram liquidados nos últimos dias pelo BC. O líder leu entrevista concedida ao *Jornal da Globo* e à revista *IstoÉ Dinheiro* por Francisco Moura, sócio do Banco Marka, na qual ele diz que “sabia que o banco ia quebrar” e sacou da instituição R\$ 2 milhões.

– Por que privilegiar dois bancos na cotação de venda de dólar? Por que não ajudar também as empresas brasileiras que estavam endividadadas em dólar? E o cidadão endividado em dólar? A CPI precisa saber com que autorização o Banco Central fez isso, em que lei se baseou – questionou Jader Barbalho.

O líder considerou “quase insensato” que justamente em janeiro, mês em que o Brasil sofreu forte ataque especulativo em sua moeda, o lucro de 181 bancos tenha sido de R\$ 3,34 bilhões, valor duas vezes maior que o obtido durante todo o exercício de 1998, de R\$ 1,87 bilhão. Ele anexou matéria da *IstoÉ*, sob o título *Os intocáveis*, na qual se informa que, em apenas 30 dias, conforme dados preliminares do sistema do Banco Central, houve banco com crescimento do lucro em até 4.030% sobre todo o segundo semestre do ano passado.

Um dos fatos que deverão ser investigados pela CPI, de acordo com o requerimento, é a retirada do país, “de forma irregular e fraudulenta”, de aproximadamente US\$ 400 milhões, pela utilização do Fundo de Investimento no Exterior (Fie). Reportagem da revista *Veja* de 17 de fevereiro informa que a maior parte dos dólares que deixam o país pelo Fie deve ser aplicada obrigatoriamente na compra de títulos da dívida externa do Brasil. No entanto, “em vez disso, despacharam o dinheiro para o exterior e alugaram títulos em posse de outros ban-

cos. Essa operação é conhecida no mercado como *barriga de aluguel*”, afirma a matéria da revista.

Jader Barbalho citou também quadro apresentado pela *Folha de S. Paulo* do último dia 23, em que se afirma que “os bancos privados, especialmente os estrangeiros, tiveram muito mais receita, no ano passado, aplicando em títulos, basicamente do governo, do que concedendo empréstimos. Voltou-se à situação que existia na época de hiperinflação e que havia sido revertida nos primeiros anos do real”.

– Tanto banco brasileiro foi desnacionalizado e os estrangeiros vêm aqui para especular e obter altos lucros – disse o líder peemedebista.

Outro fato concreto que a CPI deverá investigar, acrescentou, é a avaliação do Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional (Proer), que levou à intervenção ou liquidação de dezenas de instituições. Passados cinco anos e mobilizados valores de US\$ 23 bilhões no

Proer, “a sociedade está sendo informada, pelos jornais, da liquidação dos Bancos FonteCindam, Marka, Crefisul, BMD, paralelamente ao enfraquecimento do Plano Real”. Assim, na opinião de Jader, “é inadiável e oportuna a avaliação do Proer e seus resultados”.

A CPI do Sistema Financeiro Nacional deve-

rá investigar também “a extravagante constatação” de que alguns bancos conseguiram defender seu patrimônio “e não tiveram a mesma eficiência quanto ao dinheiro dos clientes investidores”. O senador citou a revista *IstoÉ* de dez de março, que informa que “nem sempre o correntista se beneficia do sucesso de seu banco”. Diz a revista: “O Unibanco defendeu muito bem o patrimônio próprio de R\$ 2,7 bilhões e garantiu um lucro de R\$ 85,2 milhões. ‘Estávamos em posição defensiva e não especulativa’, reage o presidente Joaquim de Castro Neto. Já o Unibanco Management, que cuida do dinheiro de clientes, não usou a mesma estratégia.”

– Os bancos se garantiram, mas o investimento dos clientes teve prejuízo. Isto é um escândalo inaceitável para o Congresso. E o correntista que não sabe de nada, não tem nenhuma informação privilegiada? Este viu seu dinheiro virar pó – salientou Jader.

Outro ponto a ser investigado pela CPI é a sonegação de impostos que estaria sendo praticada por sete bancos estrangeiros, conforme nota publicada na coluna do jornalista Ari Cunha, do *Correio Braziliense*, do último dia 25. São

eles: Citibank, J.P.Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e Crédit Commercial de France.

Por fim, o líder do PMDB pretende que a CPI apure a atuação do Banco do Brasil e o prejuízo de aproximadamente R\$ 200 milhões sofrido no episódio da falência da construtora Encol. “As irregularidades nos empréstimos concedidos pelo Banco do Brasil à Encol envolvem diretores, funcionários e auditores”, disse Jader, observando que o Ministério da Fazenda fará uma auditoria na instituição financeira sobre o caso e a imprensa noticiou que “será uma espécie de intervenção branca”.



Jader quer investigação também sobre o prejuízo do Banco do Brasil com a falência da Encol

“O presidente ficará agradecido”

A CPI do Sistema Financeiro Nacional “não é contra o governo” e sim “a favor”, sustentou o senador Jader Barbalho. Para ele, nem o governo nem o país precisam de banqueiros que promovem fraudes com ajuda de funcionários encarregados de defender o real.

– O presidente Fernando Henrique Cardoso, se ainda fosse senador, assinaria o requerimento para a constituição desta CPI. No final, o presidente ficará agradecido pela CPI, que afastará de vez esse fantasma, que nos persegue há muito, da corrupção no Sistema Financeiro Nacional. O PMDB apóia e continuará apoiando o governo no que for correto e justo – afirmou.

O senador considerou a CPI do Judiciário “matéria vencida, pois já foi criada, com o apoio do PMDB”, e disse que se engana quem acredita que o partido fará alguma negociação sobre o funcionamento das comissões de inquérito. Para ele, o PMDB, depois de entender que integrantes do Judiciário devem se sentar numa CPI do Congresso, não irá considerar “intolerável que ao Senado compareçam os banqueiros”.

Jader lembrou que seu partido apresentou o maior número de assinaturas para a CPI dos Bancos, em março de 96. “O assunto não é novo e não é de hoje que o PMDB tem dado apoio para investigar irregularidades na área financeira.” Ele anunciou que o senador Pedro Simon (PMDB-RS) pretende reapresentar o pedido de criação da CPI das empreiteiras, recomendada ao final da CPI do Orçamento da União.

Ao justificar a CPI, o líder peemedebista disse que as notícias de jornais e revistas com as denúncias que sustentam seu requerimento foram publicadas nos últimos dias e que passou “apenas um fim de semana analisando os recortes”. Ele considerou inaceitáveis as

denúncias de “lucros fáceis” de alguns banqueiros com a desvalorização cambial, “enquanto o resto do país purgava a desvalorização do real”.

A notícia de que os bens dos dirigentes e dos membros do conselho fiscal dos bancos FonteCindam e Marka não ficaram indisponíveis após a intervenção do Banco Central precisa ser explicada, ponderou. “Há um tabu, um grande medo neste país de se mexer com o Sistema Financeiro”, observou.

– As pessoas sabem que nessa área a promiscuidade se instalou, mas prevalece o discurso de que qualquer apuração causará prejuízos à economia. Quem estiver agindo conforme a lei nada tem a temer. Devem ter medo da CPI os que, usando o argumento da desestabilização, continuam ganhando dinheiro fácil no país – continuou. Barbalho informou ao plenário que decidiu apresentar o requerimento de CPI incluindo também uma investigação sobre o Proer por causa das liquidações de instituições nos últimos dias. “Cabe discutir a proteção que o Senado oferece ao cidadão do país quanto ao mercado financeiro, se ele pode continuar

aplicando, se está protegido de novas crises, enquanto uma minoria privilegiada se protege.”

Depois de sustentar que a investigação do Sistema Financeiro “é uma boa causa para o Senado”, ele discordou de quem considera impossível funcionarem, ao mesmo tempo, duas CPIs na Casa. “Por que não? Somos 81 senadores e cada uma funcionará com 11. Logo, o envolvimento é de apenas 22 senadores. Não vejo razão para que não funcionem ao mesmo tempo a CPI do Judiciário e a do Sistema Financeiro”. Assim que foi encerrado o discurso, 18 senadores assinaram o requerimento de criação da CPI. No início da noite, o número havia subido para 21. O requerimento pode ser apresentado com 27 assinaturas.

Jader afirma que a CPI não é contra, e sim a favor do governo, pois o país “não precisa de banqueiros que promovem fraudes”

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Requerimento propõe investigação de oito itens

O requerimento para criação da CPI do Sistema Financeiro cita oito fatos para investigação e prevê que os gastos da comissão ficarão em R\$ 30 mil. A CPI deverá durar 120 dias e terá 11 integrantes titulares e seis suplentes, os quais serão indicados obedecendo a proporcionalidade partidária.

1) Apurar a responsabilidade do Banco Central na operação de socorro aos bancos FonteCidam e Marka, que possibilitou às duas instituições a compra de dólares abaixo da cotação do dia.

2) Investigar a responsabilidade pelo vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes, por ocasião da maxidesvalorização do real, em janeiro último.

3) Apurar a responsabilidade das instituições financeiras que se colocaram a salvo da desvalorização cambial, obtendo inclusive grandes lucros, enquanto seus correntistas e aplicadores amargaram elevados prejuízos.

4) Averiguar os responsáveis pela retirada do país, de forma irregular e fraudulenta, de aproximadamente US\$ 400 milhões, mediante utilização do Fiex.

5) Apurar os exorbitantes lucros obtidos por bancos estrangeiros na compra de títulos públicos, em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional.

6) Investigar as razões pelas quais persiste a fragilidade do Sistema Financeiro Nacional, após a maciça injeção de recursos através do Proer, mostrada pelas recentes liquidações de bancos.

7) Averiguar a sonegação de impostos que estaria sendo praticada pelos bancos Citibank, J.P.-Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e Crédit Commercial de France.

8) Apurar a responsabilidade da diretoria do Banco do Brasil na concessão de empréstimos, de difícil ou impossível recuperação, à Construtora Encol.

Freire sugere atuação conjunta com a Câmara no exame das denúncias

Para o senador Roberto Freire (PPS-PE) a proposta de CPI dos bancos é oportuna, já que “controlar e fiscalizar o sistema financeiro é atribuição do Senado, expressa claramente na Constituição. Portanto, cabe a nós, senadores, apurar e investigar as irregularidades fartamente denunciadas pela imprensa. Como integrante do Bloco Oposição, posso garantir que encaminharemos esse requerimento de CPI, ao lado do PMDB”, enfatizou. Freire lembrou que o bloco não assinou o requerimento para criação da CPI do Judiciário, por entender que investigação de tribunais não é prerrogativa expressa do Senado. “Mas, no caso do sistema financeiro, o PT, na Câmara dos Deputados, também está denunciando desmandos. Talvez se possam acoplar as duas propostas fazendo com que o Congresso como um todo trabalhe



Roberto Freire

nessa investigação”, propôs. Em sua resposta, Jader Barbalho afirmou que a CPI do Judiciário já é matéria vencida. “O Senado não tem como recuar. Não estou aqui para negociar uma contra a outra. Se os juízes precisam ser investigados, também os banqueiros estão exigindo a mesma atitude do Senado. Essa CPI não é contra o governo FHC, é a favor. Acredito que o presidente ficará agradecido se a CPI conseguir afastar a corrupção que paira sobre o sistema financeiro”. Em segundo aparte, no final da sessão, Freire manifestou preocupação com a credibilidade externa do país. “É necessário punir os corruptos, claro, mas será que os trabalhos da CPI não podem trazer tranqüilidade aos mercados externos?”, perguntou. Jader respondeu que, diante do apoio maciço que recebeu do plenário, “a proposta já não era mais do PMDB, mas do próprio Senado Federal”

PEDRO SIMON



Apuração é melhor para o Brasil e o governo

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) se declarou “de alma lavada” diante da seriedade com que o líder do PMDB, Jader Barbalho, apresentou sua proposta de CPI. “Confesso que me senti numa posição grotesca, diante da cobertura da imprensa chamando a proposta de ‘jogo de cena’. Os jornais afirmavam que o objetivo seria ‘trocar essa CPI pela outra, a do Judiciário’, requerida pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães.”

Segundo Simon, tanto Antonio Carlos quanto o PMDB querem “o melhor” para o Brasil e para o governo Fernando Henrique Cardoso. “É sempre melhor apurar irregularidades e corrupção do que tentar varrer a sujeira para debaixo do tapete. No caso do banco Marka, não pode haver qualquer justificativa: é colocar na cadeia para discutir o caso depois. Como aceitar que o Banco Central venda dólar a x reais para quase todos e a x-y para alguns

privilegiados?”, perguntou. “Quem pagou a diferença foi a ‘viúva’, dinheiro de todos nós.”

Jader ressaltou estar convicto de que o presidente dirá dessa CPI o mesmo que afirmou sobre a CPI do Judiciário: que deseja uma apuração digna e segura dos fatos. “Também não vejo qualquer dificuldade operacional para o funcionamento concomitante das duas comissões. Somos 81, somente 11 mais 11 terão participação direta. Sobram muitos senadores para o restante dos trabalhos.”

LUIZ ESTEVÃO



Lógica perversa socializa prejuízos de banco

Numa lógica perversa, os prejuízos decorrentes do socorro prestado pelo Banco Central aos bancos Marka e FonteCidam foram distribuídos entre todos os contribuintes, enquanto os lucros – apesar das declarações em contrário do diretor do Marka – foram apropriados privadamente, disse ontem o senador Luiz Estevão (PMDB-DF).

Por que o Banco Central os socorreu com uma “doação inacreditável?”, perguntou, dizendo que o país só terá uma resposta após investigação sobre que investidores lucraram com a operação.

Luiz Estevão destacou entrevista divulgada no fim de semana em que o diretor do banco Marka defendeu o socorro prestado pelo Banco Central com o argumento de que o governo, tanto na campanha eleitoral como no acordo firmado com o FMI, comprometeu-se a não desvalorizar o real. O diretor teria acreditado nisso de boa fé, continuou o senador, de modo que era mais do que razoável o socorro que evitou a quebra imediata do banco.

– Muito mais gente acreditou nisso. Muitos pequenos e médios empresários, acreditando na manutenção da taxa de câmbio, foram aos bancos, fizeram contratos de *leasing*, e ninguém os socorreu. Além disso, cerca de 200 mil brasileiros compraram carros econômicos acreditando na política do governo e agora vão ter que praticamente pagar dois carros. Ninguém os socorreu – disse.

Na mesma entrevista, o diretor do Marka afirmou “ter perdido tudo”, mas a verdade é que, com o socorro, os bens pessoais de toda a diretoria não foram colocados em indisponibilidade, acrescentou o senador.

Luiz Estevão ressaltou que, após quatro anos como oposição na Câmara Distrital, em que exerceu fiscalização permanente sobre os atos do governo do Distrito Federal, “ficaria inconformado” se o Senado não investigasse essa socialização dos prejuízos promovida pelo Banco Central.

EDUARDO SIQUEIRA CAMPOS



Senado não faz jogo de cena com as CPIs

Ao concordar em “gênero, número e grau” com a preocupação do senador Pedro Simon (PMDB-RS) com o que foi divulgado na imprensa durante o final de semana (de que o Senado estaria fazendo “jogo de cena” em torno das CPIs), o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) afirmou que, na sessão de ontem, o Senado deixou claro que nada disto aconteceu. Eduardo Siqueira Campos contestou a interpretação da imprensa de que os senadores só assinariam a CPI proposta pelo representante do seu partido e, não concordando com o requerimento do outro, terminariam inviabilizando as duas CPIs. Contrariando esta hipótese, ele garantiu seu apoio ao requerimento

proposto pelo senador Jader Barbalho.

– Como integrante do PFL, participei de uma reunião onde discutimos assuntos internos do partido, e posso garantir que não recebemos nenhuma orientação para assinar o requerimento da CPI do Judiciário, proposta pelo presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA). Ao contrário, ficamos à vontade para decidir de acordo com a nossa consciência – revelou o senador por Tocantins.

ARLINDO PORTO



População quer entender privilégios ao setor

O senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que o povo brasileiro está curioso para entender os privilégios dados ao setor financeiro brasileiro e estrangeiro que vêm desde a criação do Proer. Arlindo disse ter recebido uma chamada telefônica de um mutuário do Sistema Financeiro da Habitação que relatou a própria experiência com a compra de um imóvel financiado em julho de 1995. Arlindo Porto explicou, em aparte ao senador Jader Barbalho, que o mutuário comprou um imóvel pelo SFH avaliado em R\$ 260 mil, pagando uma entrada de R\$ 60 mil e financiando pelo sistema hipotecário os R\$ 200 mil restantes. “Ao ser liberado o recurso, o banco já houve por bem recolher 3% do valor financiado e, conseqüentemente, liberou apenas R\$ 194 mil”, disse o senador. O cidadão, continuou Porto, pagou 39 prestações ao longo desses anos, sendo que a primeira no valor de R\$ 3.125,00, chegando ao total de R\$ 170 mil. Em setembro de 1998, seguiu o senador, o débito deste mutuário atingiu o montante de R\$ 330 mil. O mutuário procurou o banco para fazer a liquidação antecipada, mas não obteve êxito; tentou renegociar as taxas de juros, também não conseguiu êxito. “Hoje, a prestação deste cidadão é de R\$ 5.250,00”, revelou o senador. Arlindo explicou ainda que apesar de o débito ser de R\$ 330 mil, com a crise econômica a própria Caixa Econômica Federal avalia o imóvel em R\$ 220 mil e o mutuário não teve aumento salarial neste período.

CPI DO SISTEMA FINANCEIRO

Saturnino diz que BC é refém de especuladores

Ao manifestar o seu apoio à CPI do Sistema Financeiro, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou ontem que o Banco Central tem conhecimento de todas as irregularidades enumeradas pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho, mas que não pode fazer nada por estar refém dos especuladores:

– O Banco Central é refém de uma lógica falsa, segundo a qual não se podem tomar providências que nem de longe sejam capazes de assustar ou produzir algum tipo de inquietação no mercado financeiro, porque isso poderia fazer ruir toda a política econômica do governo – comentou Roberto Saturnino.

Na opinião do senador pelo Rio de Janeiro, as investigações que serão rea-



lizadas pela CPI mostrarão que essa posição é falsa, antibrasileira e prejudicial à nação. “Basta com essa lógica perversa e falsa que está arruinando a economia nacional e destruindo todo o paradigma ético com o qual a nação se estruturou”, encerrou.

O senador Jader Barbalho concordou que a proposta de investigar denúncias relacionadas com as atividades do mercado virou uma espécie de tabu.

Ele disse que devem começar a se preocupar as pessoas que se aproveitaram para ganhar dinheiro fácil usando o argumento de que investigar o sistema financeiro nacional pode gerar riscos para o país. Em contrapartida, tranquilizou os que agem corretamente e de acordo com a lei.

ERNADES AMORIM



Intervenção no Beron também deve ser apurada

O senador Ernandes Amorim (PPB-RO), em aparte ontem no plenário, pediu ao senador Jader Barbalho que seja investigada pela CPI dos Bancos a intervenção realizada pelo Banco Central no Banco de Rondônia (Beron) e outros bancos estaduais.

“O Banco Central pegou o banco devendo R\$ 50 milhões, interveio pelo período de três anos, devolveu o banco ao estado de Rondônia com 500 e poucos milhões de dívida e hoje a população de Rondônia está pagando sem saber o que o Banco Central fez”, afirmou o senador.

Amorim lembrou que há poucos dias fez várias denúncias de corrupção dentro do Banco Sulamérica e outros setores ao Banco Central e ninguém tomou qualquer providência ou deu qualquer satisfação ao Senado.

O senador disse que se aproxima mais um escândalo na área de energia do seu estado. Segundo ele, a empresa Guasco, falida na Espanha, recebeu todo o patrimônio para gerar energia e vender para a estatal Ceron a R\$ 93 o megawatt.

Jader Barbalho lembrou que foi através do Beron que a CPI dos Precatórios apurou grande parte das operações quando o banco estava sob a intervenção do Banco Central.

MARLUCE PINTO



Governo terá chance de mostrar sua versão

Referindo-se ao noticiário do fim de semana sobre socorro financeiro concedido aos bancos Marka e FonteCidam, a senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) sustentou que “o mais razoável, agora, não só para o Banco Central, mas para o Executivo como um todo, é a instalação de uma CPI do Sistema Financeiro”. Ela entende que uma comissão como essa é uma oportunidade para o governo mostrar que não há irregularidades a serem sanadas.

Ela insurgiu-se contra os comentários de que a reivindicação dessa CPI seria um jogo de cartas marcadas, salientando que o presidente nacional, líder de seu partido e proponente da CPI do Sistema Financeiro, senador Jader Barbalho, “jamais mudou seu posicionamento”.

Por outro lado, Marluce Pinto argumentou por que o PMDB não apoiaria essa comissão parlamentar de inquérito, já que apoiou a instalação de uma CPI destinada a investigar denúncias de irregularidades no Poder Judiciário.

Em sua opinião, na origem dessas duas CPIs está o entendimento, partilhado pelo PMDB, de que a maioria dos que labutam na Justiça e no sistema financeiro são pessoas ilibadas.

HELOÍSA HELENA



Comissão será a mais importante de todas

“Eu não tenho dúvida de que essa é, de fato, a mais importante comissão parlamentar de inquérito que essa Casa pode fazer”, afirmou ontem a senadora Heloisa Helena (PT-AL), ao apartear o discurso do senador Jader Barbalho.

Na opinião da parlamentar do PT alagoano, agora “talvez o Senado possa ao menos cumprir com sua simplória obrigação constitucional de efetivamente ir até o fim, buscando responsabilizar de fato os responsáveis”.

Ela se disse chocada com o fato de que o Brasil não discute mais a fome, nem a miséria, nem o desemprego. “Banalizaram a miséria. Banalizaram também a fraude e o grande balcão de negócios sujos que existe hoje no sistema financeiro nacional”, afirmou, em seu aparte, Heloisa Helena.

Ela considerou inacreditável que o presidente da República desconheça um assunto que está na imprensa e que é de tão amplo conhecimento público.

A senadora também sustentou que nenhuma legenda pode se recusar a participar dessa CPI:

– Porque nenhum partido pode ter a ousadia de ir à opinião pública dizer que não vai participar dessa CPI. Ninguém pode ter a audácia de parecer tão participante desse negócio sujo. Portanto, espero que essa Casa mostre para a sociedade que tem autoridade – concluiu Heloisa Helena.

RAMEZ TEBET



Sociedade clama por CPI que analise os bancos

– O que a sociedade está reclamando é mesmo essa investigação sobre o sistema financeiro.

A afirmação foi feita ontem pelo senador Ramez Tebet (PMDB-MS), ao concordar com o requerimento do senador Jader Barbalho, líder de seu partido, pela constituição de uma comissão parlamentar de inquérito destinada a investigar irregularidades praticadas pelos bancos. Ramez Tebet se disse intranquilo com o que vem ouvindo da sociedade:

– Porque a sociedade está realmente a reclamar uma averiguação séria no sistema financeiro. Porque realmente é incompreensível que

agricultores humildes, homens de mãos calejadas, como vejo no meu estado, que tiraram empréstimos do Fundo do Centro-Oeste, e que deram as suas propriedades em garantia, hoje não consigam saldar seus débitos pela agiotagem de estabelecimentos de crédito – disse.

Em seu aparte, Ramez Tebet também considerou inadmissível para a sociedade o fato de que uma pessoa tira um empréstimo num banco e depois paga o principal, assim como os juros, e continua devendo uma quantia maior do que a que pagou. “A pessoa está sendo extorquida”, afirmou.

O senador também considera que será importante saber quem foi o responsável, no Banco do Brasil, pelos empréstimos feitos à construtora Encol. Segundo ele, os mutuários foram prejudicados, mas a empresa obteve ajuda do governo:

“Os mutuários da Encol, que juntaram seus poucos recursos para comprar um imóvel, não foram ressarcidos até hoje. Enquanto isso, a empresa foi beneficiada com mais recursos pelo Banco do Brasil.”

JEFFERSON PÉRES



Socorro irregular foi feito à margem do Proer

O senador Jefferson Péres (PDT-AM) alertou ontem que, se a CPI do Sistema Financeiro não for instalada, o Senado não terá autoridade moral para investigar mais nada. “Pessoalmente sentirei vergonha, caso alguém venha a dizer que o mercado ficará abalado ou o governo descredenciado com o funcionamento da CPI”, enfatizou, garantindo que assinará o requerimento proposto pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho.

Segundo afirmou Jefferson, em aparte ao pronunciamento do senador do PMDB do Pará, as irregularidades apontadas por Jader em sua proposta são gravíssimas. “Não pode haver qualquer paralelo com o Proer (programa de socorro aos bancos privados), que tinha regras claras. Na ocasião, havia risco sistêmico de uma crise financeira. O socorro ao banco Marka foi feito à margem do Proer, de maneira clandestina. Também os lucros exorbitantes que bancos nacionais e estrangeiros auferiram com a mudança do câmbio exigem investigação rigorosa”, defendeu o senador do PDT do Amazonas.

GILBERTO MESTRINHO



Apoio a FHC não garante aplauso aos erros

– O fato de o PMDB compor a base de apoio ao governo não nos obriga a bater palmas para atos errados e prejudiciais à sociedade que são praticados diariamente e que precisam ser corrigidos.

Essa é a opinião do senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), manifestada em seu aparte ao pronunciamento do senador Jader Barbalho, líder do seu partido. O parlamentar do Pará lançou a proposta de abertura da CPI na última quinta-feira, em aparte ao discurso do senador Antonio Carlos Magalhães, quando este defendia a criação da CPI do Judiciário.

Para o senador pelo Amazonas, a iniciativa do líder do PMDB de propor a criação de uma CPI para investigar irregularidades no sistema financeiro demonstra o caminho que o partido e sua bancada no Senado têm seguido:

– Vamos honrar os votos recebidos nas últimas eleições, o que garantiu ao PMDB a maior bancada no Senado. Marcharemos juntos para que a CPI cumpra a sua finalidade – garantiu Gilberto Mestrinho.

JOSÉ ALENCAR



Dever do Senado é investigar e evitar a impunidade

O Senado tem a obrigação de apurar possíveis irregularidades no sistema financeiro, divulgadas pela imprensa, sob pena de ser tachado de conivente pelos mesmos meios de comunicação, advertiu ontem o senador José Alencar (PMDB-MG).

Ele elogiou o pronunciamento do líder de seu partido, senador Jader Barbalho, em defesa da CPI para o sistema financeiro.

“Jader traz à tona uma questão das mais graves, que está entre as competências do Senado, e que é um dos grandes males de nossa sociedade: a impunidade”, disse.

Alencar acrescentou que o governo não deve temer as consequências dos trabalhos da comissão:

– Não vejo como a CPI que será instalada pelo Senado para apurar essas irregularidades possa preocupar o governo. O presidente e até mesmo o sistema bancário, constituído em sua maioria por instituições sérias, devem aplaudir a iniciativa – comentou o senador José Alencar.

Bornhausen defende reforma política urgente

Para facilitar tramitação da matéria, senador sugere divisão em duas etapas. Na primeira fase, se discutiria a fidelidade partidária e o fortalecimento dos partidos políticos, ficando os demais temas para mais tarde

Falando como líder do Partido da Frente Liberal (PFL), o senador Jorge Bornhausen (SC) defendeu ontem a necessidade de o Congresso avançar o mais rápido possível na discussão da reforma política. Para facilitar a tramitação da matéria, ele sugeriu separar o assunto em duas partes: uma político-partidária e outra político-eleitoral:

– Temos que dar prioridade à reforma político-partidária. Entendemos que os estudos a respeito do sistema eleitoral, da adoção do voto distrital puro ou misto, o financiamento de campanhas e o debate sobre voto voluntário ou obrigatório poderiam participar de uma segunda etapa. Nessa primeira fase temos que buscar o alcance da fidelidade partidária e o fortalecimento dos partidos políticos – opinou Jorge Bornhausen.

O senador adiantou que o seu partido apóia o projeto que aumenta a exigência, para concorrer a eleições, do prazo de filiação para quatro anos daqueles políticos que já estejam filiados, mas mantém o prazo de um ano para os



Bornhausen disse que o PFL apóia a ampliação do prazo de filiação para quatro anos

que não têm nenhuma vinculação partidária. Por outro lado, Bornhausen propõe um prazo de 60 dias após a aprovação e publicação da matéria para rea-

comodação aos novos termos.

Explicando que o objetivo do PFL é o fortalecimento e a necessidade da existência de partidos nacionais no Brasil, Bornhausen afirmou entender como correta a apresentação de uma emenda à legislação atual vedando coligações nas eleições proporcionais. Ele comentou que, dessa forma, cada partido será estimulado a formar novos quadros e esclarecer suas posições políticas.

Em aparte, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) opinou que algumas das propostas que vêm sendo debatidas a respeito da reforma política são mais compatíveis com o sistema parlamentarista que com o presidencialista. Ele também sugeriu que seja aprovada uma lei garantindo a democratização interna dos partidos.

Já o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou que a reforma política é fundamental para o aperfeiçoamento

da democracia no país e testemunhou que o eleitor brasileiro não aceita mais esse “troca-troca” de partido. Ele acrescentou que a população chega a ficar indignada, principalmente por não ser ouvida quando o político resolve modificar sua filiação partidária.

Último a apartear, o senador Roberto Freire (PPS-PE) falou da importância de se debater a reforma política e lembrou que foi voto vencido quando a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania discutiu projeto de autoria do então senador Fernando Henrique Cardoso sobre voto distrital misto:

– O sistema que está previsto na Constituição brasileira é o proporcional. No caso do voto distrital misto, não adianta aqui quereremos sofismar e dizer que ele é proporcional. Ele é misto: é proporcional e majoritário. Está se criando uma figura de parlamentares eleitos por voto majoritário, que não é o sistema previsto na Constituição para representação nas câmaras e assembleias legislativas. É inconstitucional – disse Freire.

Senador propõe revisão de regras para criação de fundos



Eduardo Siqueira Campos vê na medida distorção do princípio das transferências constitucionais

Portaria do Ministério da Previdência impondo requisitos para a criação de fundos de pensão por estados e municípios inviabilizará a adoção desses organismos pelos estados mais pobres da Federação. A opinião é do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), que pediu ontem a revisão da portaria, pela qual somente poderão constituir fundos os estados e municípios que tenham receita própria (exclusivamente oriunda de tributos estaduais e municipais respectivamente) maior do que as decorrentes de transferências constitucionais:

– Os fundos foram previstos na re-

forma da Previdência, mas a análise da portaria demonstra que apenas três ou quatro estados poderão instituí-los. Além disso, a criação de fundos de pensão é intenção de praticamente todos os estados – argumentou.

Eduardo Siqueira Campos vê na medida uma distorção nas intenções do legislador constituinte de 1988, que, ao criar as transferências constitucionais, procurou diminuir as desigualdades regionais:

– O IPI e o Imposto de Renda são recolhidos pela União, mas existem pela contribuição de todos os brasileiros, em todos os estados – afirmou.

O senador disse estar otimista quanto à solução do problema. “Confio na receptividade do ministro (*da Previdência*) Waldeck Ornelas.” Eduardo Siqueira Campos adiantou, entretanto, que não participará da votação da segunda parcela do empréstimo à União para financiamento dos fundos estaduais enquanto a questão não for solucionada.

Em aparte, o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) concordou que há na portaria do Ministério da Previdência indicio de inconstitucionalidade. “A medida fere a autonomia dos estados e municípios”, argumentou.

Luiz Estevão critica exigências do BNDES para estados

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) defendeu ontem a imediata eliminação de condição prévia exigida pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para contribuir com os fundos de previdência estaduais e municipais que estão sendo constituídos. Essa condição prévia é a privatização das companhias municipais e estaduais de água e saneamento básico. Para o senador, o BNDES não pode generalizar uma necessidade de privatização sem levar em conta as peculiaridades e conveniências das populações de estados e municípios:

– Somente as populações e suas respectivas câmaras legislativas estaduais e de vereadores podem tomar a decisão soberana de privatizar suas empresas de água e saneamento. As peculiaridades de cada local é que vão determinar a necessidade ou a improcedência dessa privatização – alertou o senador.

Em aparte, o senador Jefferson Péres

(PDT-AM) disse que, com exceção do Banco do Brasil e da Petrobras, é favorável ao programa de privatizações, mas a privatização de empresas de saneamento o preocupa. “Somos um país com uma enorme diversidade geográfica; há municípios nos quais a privatização pode ter implicações muito graves de ordem social”, explicou Jefferson.

Luiz Estevão afirmou que, colocando “uma verdadeira espada” sobre as cabeças de estados e municípios, num momento difícil da economia, o BNDES pode estar trazendo um malefício ao invés de um benefício. O senador comparou a situação do Distrito Federal há 10 anos, quando cerca de 90% dos recursos repassados pela União eram utilizados no pagamento de servidores ativos das áreas de segurança, educação e saúde, com a situação atual, quando os recursos repassados diminuem a cada ano na parcela que sobra para o pagamento do servidor da ativa:

– Daqui a algum tempo, as transferências da União para o DF serão quase que integralmente destinadas aos servidores inativos e pensionistas, de forma que fica a pergunta: quem vai pagar aquele cidadão, aquela cidadã, aquele profissional que atende à comunidade no momento em que ela necessita desses serviços que são deveres do Estado? – questionou Estevão.

O senador criticou ainda a regulamentação da Lei nº 9.717, que veda a constituição de fundos de previdência aos estados que têm como receita própria valores inferiores às transferências constitucionais da União. Segundo Estevão, este é exatamente o caso do Distrito Federal. “Da forma como foi regulamentada a Lei nº 9.717, a solução possível, que seria a constitui-



Luiz Estevão criticou exigência de privatizar empresas de saneamento: “benefício pode virar malefício”

ção do fundo de previdência, é simplesmente inviabilizada para o Distrito Federal”, alegou o senador.



Patrocínio pede igualdade nos investimentos em educação

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) disse, em entrevista à TV Senado, que o Ministério da Educação chega a gastar US\$ 10 mil por ano com cada aluno do ensino superior em alguns estados, enquanto que em Tocantins, em 1996, esse gasto foi de apenas R\$ 248. O programa irá ao ar hoje às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador lembrou que nas discussões sobre o Orçamento previsto para este ano houve uma tentativa de diminuir os desníveis regionais, mais especificamente no campo da saúde pública. “Constatou-se que, enquanto no estado de São Paulo tínhamos um gasto de R\$ 80/ano por habitante, em outros estados da Federação, sobretudo nas regiões Norte e Nordeste, esse gasto era de menos de R\$ 20/ano por habitante. Como não queremos ter brasileiros de primeira e de segunda classe, essa distorção foi minimizada pelo Congresso.”

Patrocínio encaminhou ao presidente Fernando Henrique Cardoso pedido para a criação da Universidade Federal de Tocantins, que, segundo ele, é o único estado da Federação sem universidade federal. O parlamentar afirma que o pedido já foi assinado por 81 senadores e dois suplentes. “São 83 assinaturas para provar que o Congresso Nacional está atento e preocupado com os problemas vividos pela educação no Brasil.”

Mulheres em Debate recebe a deputada Telma de Souza

A entrevistada de hoje do programa *Mulheres em Debate* é a deputada Telma de Souza (PT-SP). O programa vai ao ar às 13h30 e 21h15. Em 1982, Telma foi a única mulher a se eleger à Câmara de Santos. Em 1986, conquistou novo espaço político, elegendo-se deputada estadual com 30 mil votos. Dois anos mais tarde, conquistava a prefeitura de Santos, com mais de 73 mil votos, sendo a primeira mulher a dirigir sua cidade.

Terminou seu governo com 97% de aceitação popular e em 1994 foi eleita deputada federal com 140 mil votos. Telma de Souza ressalta que a conquista de seu eleitorado não foi um mérito só seu, mas também da população brasileira e principalmente das mulheres.



Maria do Carmo Alves considerou o fatiamento da empresa uma idéia "estapafúrdia e insensata"

Maria do Carmo condena proposta de divisão da Chesf

A senadora Maria do Carmo Alves (PFL-SE) manifestou ontem sua convicção de que a proposta do governo de dividir a Companhia Hidrelétrica do Vale do São Francisco (Chesf) em quatro partes para, depois, privatizá-la é "uma idéia estapafúrdia, irracional e insensata". Ela ressaltou "o fato positivo de o presidente Fernando Henrique Cardoso, na semana passada, haver cedido às ponderações de uma grande mobilização de parlamentares nordestinos, para pelo menos adiar, a fim de haver tempo para melhores estudos, a licitação para o fatiamento e privatização da Chesf".

— Mas não basta a prorrogação, urge a extinção definitiva dessa idéia insensata — insistiu.

Segundo Maria do Carmo, todo o complexo energético implantado no rio São Francisco é interligado não apenas no âmbito das usinas de acúmulo de água e geração de energia, mas também no controle rígido da vazão das águas, fundamental para a gestão dos perímetros irrigados, a navegabilidade do rio e o abastecimento às comunidades ribeirinhas.

Além disso, continuou a senadora, os projetos de irrigação pública, controlados pela Codevasf, e os perímetros privados de irrigação são diretamente dependentes da gestão da Chesf.

Frente a essa interdependência, Maria do Carmo considera que privatizar a Chesf "significaria a privatização inimaginável do próprio rio São Francisco, que não é um bem estatal".

Baseando-se nas conclusões de seminário sobre recursos hídricos realizado pelo Banco Mundial em 1991, no estado do Colorado (EUA), a senadora destacou que esses recursos são finitos e devem ser operacionalizados de forma integrada, racionalizando os seus usos múltiplos, tal como o São Francisco é hoje gerido pela Chesf. Ela advertiu, por outro lado, que as condições hídricas serão o principal parâmetro de avaliação da viabilidade de um país no próximo milênio, assim como o controle desses recursos será fonte de guerras futuras, como já ocorre contemporaneamente no Oriente Médio e na África.

Álvaro Dias quer recursos do BNDES para agroindústrias

Nenhum setor da economia pode gerar tantos empregos com investimentos tão modestos, avalia o senador, ao lembrar vocação agrícola do país

O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) conclamou o governo a atender melhor o setor agroindustrial do país, como meio de fixar o homem no campo, combatendo o desemprego e reduzindo a pressão social sobre os grandes centros urbanos. "A agricultura representa uma 'âncora verde', especialmente num país de vocação agrícola como é o Brasil. Não há setor que gere mais emprego com investimento tão modesto", afirmou.

Para Álvaro Dias, o BNDES, com seus US\$ 16 bilhões para emprestar e investir por ano, precisa se direcionar mais para o complexo agroindustrial, que compreende insumos, máquinas, agropecuária, indústria e distribuição. "Entre 1990 e 1995, os desembolsos cresceram de US\$ 1,23 bilhão para US\$ 2,75 bilhões, mas em 1996 caíram para US\$ 2,3 bilhões. Em 1997, voltaram a crescer para US\$ 3,8 bilhões, correspondentes a 23% dos recursos liberados pelo sistema BNDES. Mas, em 1998, esses recursos caíram para US\$ 3,3 bilhões, correspondentes a 20% do total."

No conceito restrito de agroindústria — incluindo apenas os ramos de agropecuária, alimentos, bebidas e fumo —, a queda foi ainda maior, com



Álvaro Dias defendeu política diferenciada de juros para as micro e pequenas empresas

os desembolsos de 1998 voltando quase ao nível de 1990, afirmou o senador pelo Paraná, conclamando o governo a rever a política do BNDES em relação ao setor, zelando para que os empréstimos retornem aos patamares anteriores.

Álvaro Dias defendeu uma política diferenciada de juros para as micro e pequenas empresas agroindustriais, a exemplo do que ocorre na agricultura. "Nenhum país moderno se tornou civilizado, próspero, democrático e socialmente justo sem proteção a esse setor econômico. No Brasil, as micro e pequenas empresas têm sido vítimas do poder econômico dos grandes con-

glomerados, acobertados por uma legislação que consagra privilégios para cartéis e oligopólios."

Segundo o senador, esse segmento está sofrendo o peso do ajuste econômico, que recaiu, quase por inteiro, sobre ele. "Por isso merece medidas que permitam que seus pequenos negócios agrícolas prosperem, para sair da informalidade, ganhando condições de competir no mundo globalizado. Com apoio do governo, o setor reúne condições de fixar o homem no campo, gerando empregos e renda e aliviando os serviços públicos esgotados nos grandes centros urbanos", destacou.

Patrocínio aplaude apoio a pequenos produtores

Referindo-se ao Programa de Apoio à Agricultura Familiar (Pronaf), o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) parabenizou ontem o presidente Fernando Henrique Cardoso por apoiar os pequenos produtores brasileiros, apostando no potencial de geração de renda que existe no meio rural e nos pequenos municípios. Ele lembrou que foi em Formoso do Araguaia (TO) que o presidente anunciou uma safra recorde, estimada em 84 milhões de toneladas de grãos para este ano.

— O governo está ciente da enorme contribuição que o meio rural tem a dar ao desenvolvimento do país e tomou a decisão de enfrentar dois grandes desafios: a valorização das capacidades locais de desenvolvimento e a abertura de novos mercados que expressem as aptidões e as potencialidades de cada região — afirmou Patrocínio.

Segundo o senador, no momento em que o Brasil atravessa uma de suas mais graves crises, a agricultura torna-se um setor de relevância para a economia nacional. Ele informou que o estímulo e o apoio dados pelo Pronaf aos pequenos produtores têm sido fundamentais para incrementar a geração de renda no meio rural e nos pequenos municí-



Patrocínio disse que o governo está ciente da contribuição que o meio rural pode dar ao desenvolvimento

pios de nosso vasto território.

Patrocínio observou que, ao longo dos últimos três anos, o desempenho desse programa tem sido positivo e, em 1999, o apoio governamental está sendo ainda maior, pois foram oferecidos R\$ 2,5 bilhões para custeio e investimento, representando um acréscimo de 27% em relação ao volume de recursos aplicados em 1998, possibilitando assim a ampliação das áreas cultivadas.

Para Carlos Patrocínio, o Pronaf é um programa que merece a atenção e o apoio da classe política e de todos os segmentos da sociedade envolvidos no projeto, de modo especial por

permitir que mais de 1/5 dos municípios brasileiros passem a ter um plano municipal de desenvolvimento rural. Ele disse que, em sua maioria, esses municípios possuem menos de 30 mil habitantes e dificilmente eram contemplados com a aplicação de recursos públicos.

O senador afirmou que os recursos do Pronaf estão sendo utilizados na construção daquilo que os economistas chamam de "capital social" do desenvolvimento, ou seja, no fortalecimento de relações de confiança coletiva, que melhoram e permitem a diversificação das iniciativas individuais e familiares.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 - Senado em Pauta
7h - Saúde Todo Dia - Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
7h30 - Especial Unip - Reabilitação de amputados - 4ª parte
7h55 - Senado em Pauta
8h - Saúde Todo Dia - Hidroginástica para gestantes
8h30 - Jornal do Senado
8h55 - Senado em Pauta
9h - Cores do Brasil - Amazonas
9h30 - Entrevista - O senador Carlos Patrocínio comenta a situação do ensino no Brasil, com atenção especial para o ensino superior
9h55 - Senado em Pauta
10h - Cores do Brasil - São Luís do Maranhão
10h30 - Saúde Todo Dia - Baixo Impacto e Tai-chi-chuan
10h55 - Senado em Pauta
11h - Especial Unip - Reabilitação de amputados - 4ª parte
11h30 - Espaço Cultural - Show de viola caipira
12h30 - Entrevista - O senador Carlos Patrocínio comenta a situação do ensino no Brasil, com atenção especial para o ensino superior
12h55 - Senado em Pauta
13h - Cores do Brasil - Ceará
13h30 - Mulheres em Destaque - Deputada Telma de Souza
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
18h30 - Entrevista - O senador Carlos Patrocínio

comenta a situação do ensino no Brasil, com atenção especial para o ensino superior

19h - Mulheres em Destaque - Deputada Telma de Souza
20h - Cores do Brasil - Bahia
20h30 - Entrevista - O senador Carlos Patrocínio comenta a situação do ensino no Brasil, com atenção especial para o ensino superior
21h - Jornal do Senado
21h15 - Mulheres em Destaque - Deputada Telma de Souza
21h55 - Senado em Pauta
22h - Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

8h - Agenda Senado
Em seguida - Música e informação
14h30 - Sessão Plenária (ao vivo)
Em seguida - Música e informação
19h - "A Voz do Brasil"
Em seguida - Música e informação
20h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Nordeste"
Em seguida - Música e informação
21h - "Senado em Linha Direta - Edição Norte/Centro-Oeste"
Em seguida - Música e informação
21h30 - "Senado em Linha Direta - Edição Sul/Sudeste"
Em seguida - Música e informação
00h - Sessão Plenária do Senado (reprise)
Em seguida - Música e informação

Marina pretende proibir anúncios de cigarro

Projeto de lei apresentado pela senadora impede indústrias de fumo de fazer propaganda de seus produtos nos meios de comunicação ou de patrocinarem eventos culturais e esportivos

Projeto apresentado pela senadora Marina Silva (PT-AC) proíbe a propaganda de cigarros e demais "produtos fumíferos" por meio de rádio, televisão, cinema, jornais, revistas, impressos, *outdoors*, cartazes e outras formas de "propaganda estática".

O projeto estende a proibição da propaganda a trajes e artigos esportivos, artigos de *camping*, brinquedos, canetas, isqueiros, calendários, brindes e quaisquer outras modalidades de material promocional, e impede o patrocínio de eventos de qualquer natureza por parte de marcas ou empresas do setor de fumo.

A proibição entrará em vigor em cinco anos a contar da data da publicação da lei. Esse prazo foi estabelecido para que as organizações e empresas que dependem dos recursos da publicidade dessas drogas, como as agências de publicidade e os meios de comunicação, possam adaptar-se à nova realidade.

– É também tempo suficiente para que a sociedade brasileira busque ou-



Marina Silva: não às indústrias "da doença e da morte"

tras fontes não comprometidas com a doença e a morte para o patrocínio das nossas artes e esportes – diz a senadora.

Na justificativa da proposta, Marina citou dados do Ministério da Saúde que demonstram que no período de 1995 a 1997 o tratamento das doenças "tabaco-associa-

das" custou ao Sistema Único de Saúde o correspondente a US\$ 80 milhões ao ano. Ela também mencionou pesquisas que, desde o início da década de 50, vêm demonstrando a associação do tabaquismo à elevação da mortalidade por doenças cardiocirculatórias, cânceres e doenças pulmonares.

Ainda na justificativa, Marina afirmou que, de acordo com a legislação atual, a propaganda de "produtos fumíferos" é permitida, sofrendo apenas restrições de meios e horários. A senadora entende que isso "é muito pouco" frente ao impacto sanitário do

tabaco na sociedade, sobretudo diante da necessidade de proteção das crianças e adolescentes.

Marina ressaltou que, nos Estados Unidos, por exemplo, enquanto o próprio governo confirma a influência dominante da publicidade em persuadir adolescentes a fumar, a indústria tabaqueira muda de tática e torna-se mais agressiva: "Ela aumentou em mais de 20% seus gastos totais com publicidade nos EUA entre 1990 e 1994, e passou a dirigir de 7,7%, em 1990, para 25,8%, em 1994, desse montante para a promoção de seus produtos entre crianças e adolescentes".

A senadora observou que, à medida que os malefícios do uso do cigarro foram se tornando públicos, a publicidade deixou de alardear as qualidades do produto ou os benefícios de seu consumo para passar a associar o seu uso e sua marca com estilo de vida, comportamento e valores subjetivos, culturalmente apreciados.

O projeto de Marina foi encaminhado à Comissão de Assuntos Sociais, onde será apreciado em caráter terminativo.

Projeto de Patrocínio limita a atuação de *disque-sexo*

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) apresentou projeto de lei proibindo que os veículos de comunicação de massa divulguem números de telefones para ligações eróticas. Segundo o projeto, considera-se ligação erótica o chamado "sexo por telefone", no qual o usuário ouve sons e frases que simulam práticas sexuais.

Para o infrator, a pena corresponderá a uma vez e meia o valor mais alto cobrado pela empresa pelo tempo ou pelo espaço, para efeito de publicidade. Na reincidência, a pena será dobrada. Já na insistência, o infrator será punido com detenção de três meses a um ano e multa de um a 20 salários mínimos.

Ao justificar o projeto, Carlos Patrocínio argumentou que a febre dos "disque" e dos "teles" invade as residências, aliciando "os mais incautos, os solitários, os crédulos, os curiosos, os mais influenciáveis".

Para o senador, esses adjetivos podem ser aplicados, por exemplo, ao adolescente que, durante o horário de trabalho dos pais, "encontra-se exposto a situações que variam do embuste

de um 'disque-anjo', que garante a identificação de um anjo da guarda de cada um, ao erotismo deturpado de um 'teleepornô', em que jovens de ambos os sexos ouvem aberrações referentes a atividades sexuais".

– Cabe ao Legislativo federal coibir esses abusos, uma vez que a saúde humana não se restringe ao corpo físico saudável, ao correto funcionamento dos sistemas orgânicos. Compreende também a higidez mental, porque é a mente sadia que torna o indivíduo sociável, ajustado e útil à sociedade – afirmou.

Segundo Patrocínio, os empresários de serviços de "sexo por telefone", ao manipularem intencionalmente a curiosidade e a inexperiência dos adolescentes, incorrem, ainda, em crime contra a economia popular, pois divulgam números de telefones de outros estados e de outros países, resultando em tarifas interurbanas e internacionais muito elevadas, em razão do longo tempo de cada ligação a que os usuários são induzidos.

O projeto foi encaminhado à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) para decisão terminativa.

Antero propõe incentivos para a contratação de jovens e pessoas com mais de 40 anos

Preocupado com a escalada do desemprego no país, o senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) propõe que sejam concedidos incentivos fiscais para os empresários que contratarem jovens inexperientes ou trabalhadores com mais de 40 anos de idade.

De acordo com o senador, os parlamentares devem atuar "de forma a possibilitar ao trabalhador inexperiente adquirir a experiência no trabalho e àquele com mais idade a continuar sendo produtivo". Para isso, ele quer reduzir os encargos sociais incidentes sobre os contratos de trabalho assinados por jovens entre 18 e 25 anos, sem registro anterior em carteira, e por trabalhadores com mais de 40 anos.

Antero propõe, em projeto de lei, a redução em 50% das alíquotas das contribuições sociais destinadas ao chamado Sistema "S" (Sesi, Sesc, Sest, Senai, Senac, Senat, Sebrae), ao Incra, ao salário-educação e ao financiamento do seguro de acidente do trabalho, bem como a diminuição de 75% na alíquota da contribuição social para o FGTS. Sugere ainda que o contrato com redução de encargos tenha duração de dois anos, "tempo suficiente para avaliar a capacidade do trabalhador e decidir acerca do interesse da empresa em sua permanência no emprego", explica.

A restrição dada aos jovens à primeira contratação do trabalhador, acrescenta o senador, evitaria eventuais acordos

entre empregador e empregado que fossem lesivos ao interesse público e contrários ao espírito da lei. Entre as medidas para facilitar a fiscalização, Antero propõe que o trabalhador a ser beneficiado esteja obrigatoriamente cadastrado no Sistema Nacional de Emprego (Sine) e que a empresa apresente, anualmente, a relação das contratações incentivadas.

– A redução de encargos proposta é bastante viável, já que praticamente não afeta os recursos da seguridade social (não se altera a alíquota para o INSS, apenas se diminui a alíquota para acidentados de trabalho), inequivocamente escassos, além de contribuir para a necessária redução do elevado nível de encargos sociais no Brasil – destaca ele.

Os incentivos fiscais poderiam ser aplicados no máximo a 20% do total de empregados da mesma empresa. A proposição foi encaminhada à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que dará uma decisão terminativa – o que dispensa a apreciação da matéria pelo plenário, salvo se houver recurso em contrário.

DIVÓRCIO

Um outro projeto do senador por Mato Grosso também será examinado em caráter terminativo, mas pela Comis-

são de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Ele propõe alterações na Lei do Divórcio (6.515/77), autorizando a separação extrajudicial por mútuo consentimento por meio de requerimento em cartório. O objetivo é contornar a crise que o Judiciário atravessa, por força do acúmulo de processos a despachar.

Segundo o parlamentar, "nada obsta que casamentos cuja dissolução não apresente maiores complexidades, tais como as associadas à prestação de alimentos, guarda ou visitação da prole, sejam dissolvidos por mútuo consentimento, no cartório que os tenha registrado".

Pela proposta do senador, cria-se a possibilidade de que a dissolução da sociedade matrimonial, registrada pelo ofício do registro competente, assuma, para todos os

efeitos, inclusive o do superveniente divórcio, o mesmo valor da dissolução judicial. O objetivo do parlamentar é permitir que as pessoas casadas há dois anos ou mais, e desde que tenham equacionado as questões alimentícias ou das visitas aos filhos, se houver, possam obter a dissolução do casamento, sem maiores formalidades, por mero requerimento ao tabelião.



Outro projeto de Antero facilita o divórcio amigável

Agências reguladoras devem ficar no DF, defende Arruda

O senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) reapresentou projeto de lei determinando que o escritório central da Agência Nacional do Petróleo (ANP) deve ser localizado no Distrito Federal. Ele argumenta, na justificativa da matéria, que a Lei 9.478/97, ao prever a instalação da sede dessa agência no Rio de Janeiro, criou "sério precedente que coloca em risco a própria eficiência do órgão".

– A capital federal é Brasília. As agências nacionais e órgãos reguladores do governo devem ter sua sede na capital, que é equidistante de pressões regionais. Trata-se de questão de princípio, de racionalidade administrativa, que decorre da necessidade de perfeita integração e permanente contato entre esses órgãos com a administração federal, sem o que ficariam sobremaneira dificultados pela distância física entre seus dirigentes – argumenta Arruda.

O projeto será analisado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

PARCELAMENTO DE TERRAS

Outro projeto de Arruda acrescenta dois parágrafos ao artigo 19 da lei do parcelamento de solo urbano, que trata das impugnações a parcelamentos de ter-

ras promovidas pelo poder público.

Pelo projeto, nos casos em que o parcelamento for promovido pelo Executivo do município ou do Distrito Federal, desde que acompanhado do título de propriedade da gleba ou do termo de imissão de posse, o projeto de loteamento ou desmembramento será registrado pelo oficial de registro de imóveis e não será admitida impugnação, a não ser na forma de cancelamento judicial.

Ainda segundo o projeto, se for comprovada judicialmente a dominialidade particular da gleba que for objeto de parcelamento de iniciativa do poder público evidentemente registrado, estará configurada a desapropriação indireta, cabendo ao proprietário o recebimento da indenização devida, calculada pelo valor de avaliação de imóvel rural.



Arruda: questão de "racionalidade administrativa"